

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.013 - ES (2018/0286711-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : JUZGADO DE PRIMERA INSTANCIA N7 DE LLEIDA
INTERES. : M I D E O
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : J G V
A.CENTRAL : MINISTERIO DA JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça espanhola solicita que se proceda à citação de M. I. de O. de ação de divórcio litigioso, segundo o texto rogatório.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 38-39. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 40).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur*. Requereu, no entanto, a intimação pessoal da interessada (fls. 43-44).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 46).

É o relatório. Decido.

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Goiás, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente